

**Praça Centenário e seu monumento: persistência do nacionalismo no pós Segunda Guerra Mundial - São Leopoldo/RS**

**Roswithia WEBER\***

**Resumo:** Este artigo aborda o processo de edificação, em São Leopoldo/RS, da Praça Centenário e do monumento nela situado, analisando as transformações desses registros memoriais no contexto da nacionalização e do pós Segunda Guerra. Para tal, utiliza-se, como fontes, jornais de circulação local e regional, Anais da Assembleia Legislativa do Estado e documentação arquivística de fundo municipal. Entende-se que as marcas identitárias desses registros memoriais variaram ao longo do tempo, e o discurso nacionalista se fez presente, especialmente nas polêmicas relativas à restauração do monumento localizado na Praça.

**Palavras-chave:** Praça Centenário. Monumento ao Imigrante. Nacionalização. Segunda Guerra Mundial. São Leopoldo- RS.

**Centenário Square and its monument: the persistence of nationalism in the after World War II - São Leopoldo/RS**

**Abstract:** This article discusses the building process, in São Leopoldo city, state of Rio Grande do Sul (RS), of the Centenário Square and the monument located there, analyzing the transformation on these memorial registers within the nationalization context and after the World War II. For this, the local and regional journal are used as sources, as well as the State Legislative Council Proceedings and City Funds documents. It is understood that the identity marks of these memorial registers have ranged through time, and the nationalist discourse was present, especially in polemic situations concerning the monument restoration located in the Square.

**Keywords:** Centenário Square. Monumento ao Imigrante. Nationalization. World War II. São Leopoldo/RS.

---

\* Professora Doutora em História- Curso de História e Mestrado em Letras- Universidade Feevale- ERS- 239, 2755, Novo Hamburgo, RS, Brasil. E-mail: roswithia@uol.com.br

## Introdução

Conforme noticiou a imprensa,

[...] depois de haver tirado a inscrição em língua alemã “DEN VÄTERN ZUM GEDÄCHTNIS”, o povo decepou a cabeça da estátua, simbolizando o colono alemão. A pedido da polícia [...], dispersaram-se os manifestantes, que a esta altura já subiam aos milhares, enchendo literalmente a praça Centenário.

Passando algum tempo, voltam os populares à praça e retiram o resto da estátua, e, depois de arrastá-la vários metros em direção à ponte que ali existe sobre o rio dos Sinos, despencaram-na por uma das amuradas aos gritos de ‘Viva o Brasil’ e ‘Abaixo Hitler e o nazismo’.

Após esse ato que, naturalmente, dasabafou um tanto a revolta popular, os manifestantes separaram-se em perfeita calma, não tendo havido o menor atrito pessoal. (A DERRUBADA..., 1942, p.5).

Esse fato ocorreu na noite do dia 12 de março de 1942, na cidade de São Leopoldo, localizada no sul do Brasil. O presente artigo aborda tanto o contexto da depredação do monumento, quanto à sua inserção no espaço da Praça Centenário, dado que esses registros memoriais, edificados na década de 1920, sofrerão alterações no contexto da nacionalização e do pós Segunda Guerra. O artigo estrutura-se em três partes: a primeira, aponta aspectos da construção do monumento e da Praça Centenário e de sua constituição enquanto “lugar de memória”; a segunda, contextualiza-os na Segunda Guerra, e, por fim, enfoca-se as discussões públicas sobre a restauração do monumento depredado no contexto do pós-guerra.

### **A Praça e o monumento como lugar de memória**

O episódio narrado acima se deu na praça localizada às margens do Rio dos Sinos, praça essa planejada para demarcar o aniversário do centenário da imigração alemã na cidade São Leopoldo, no dia 25 de julho. Essa data marca a chegada da primeira leva de imigrantes alemães, em 1824, ao Rio Grande do Sul (Província de São Pedro do Rio Grande), na fundada Colônia de São Leopoldo, hoje município de São Leopoldo.

“Atestar o progresso” de São Leopoldo era a tônica da maior parte das propostas presentes nas comemorações do centenário que, a partir de 1923, passaram a ser formatadas. Obras de vulto foram planejadas, como é o caso da praça em questão, que foi construída na parte aterrada às margens do Rio dos Sinos, e cuja construção foi sugerida pelo intendente de São Leopoldo, Mansueto Bernardi. Esse propôs a identificação para o local: Praça Fernandes Pinheiro, homenageando o fundador de São Leopoldo, que, em

1824, presidia a Província do Rio Grande do Sul. Essa denominação não se concretizou, pois foi denominada Praça Centenário (WEBER, 2004).

A estátua, destruída em 1942, trata-se de uma parte do monumento também planejado para as comemorações do Centenário da Imigração Alemã. A efetivação desse monumento pode ser identificada como a realização de um trabalho de constituição e de formalização da memória.

O erguimento do monumento comemorativo ao centenário da imigração alemã contou com a parceria da sociedade civil e do trabalho de uma comissão pró-monumento. A iniciativa da *Leopoldenser Turnverein* (Sociedade Ginástica Leopoldense) foi divulgada pelo Estado por uma comissão com representantes de São Leopoldo, e do seu segundo distrito, e mais uma delegação de Porto Alegre (MÜLLER, 1986). Essa comissão percorreu diversos municípios, por cerca de quatro meses, visando arrecadar fundos para a construção do monumento.

As atividades que divulgaram o processo de construção foram intensas. O jornal local – *Deutsche Post* – frequentemente veiculava uma relação dos doadores com suas respectivas doações. Também foi organizado um concurso para a apresentação de propostas de projetos para a construção do monumento, e a vencedora pode ser visualizada em maquete na vitrine de uma loja local<sup>1</sup>.

O município de São Leopoldo fez o donativo de maior vulto. A maior parte dos doadores caracterizava-se por ter sobrenome alemão. Nesse caso, as doações foram tanto de particulares, quanto de firmas. Assim, interesses pragmáticos, como a divulgação de estabelecimentos comerciais, estiveram ao lado de aspectos simbólicos, pois, a movimentação para a concretização do monumento fortaleceu os laços da comunidade étnica alemã do Estado.

Para compor o monumento, foram selecionados “grandes homens” do passado. O projeto vencedor seguiu a ideia sugerida num dos encontros da comissão dos festejos: o levantamento de um obelisco contendo quatro faces, cada uma com placa de bronze com as respectivas efígies: de D. Pedro I<sup>2</sup>, de Visconde de São Leopoldo<sup>3</sup>, de João Daniel Hillebrand<sup>4</sup> e de uma figura alegórica representando a agricultura. Na proposta efetivada apenas foi acrescentada a efígie da Imperatriz Leopoldina (que sugeriu a denominação “São Leopoldo” para a colônia onde se instalaram os imigrantes alemães) ao lado do Imperador D. Pedro I, e a agricultura foi representada por uma figura humana de um colono imigrante em tamanho natural. Acima dela constava a inscrição em língua alemã “DEN VÄTERN ZUM GEDÄCHTNIS” – “Em memória de nossos antepassados” –, de um lado 1824 e de outro 1924, indicando o centenário (MÜLLER, 1975). Na noite de 12 de março de 1942, a estátua do colono imigrante e a inscrição em alemão foram alvos da manifestação na Praça.



**Figura 1 - Monumento ao imigrante em São Leopoldo – Década de 1980**

**Fonte:** Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) - Iconografia

No dia 20 de setembro de 1924<sup>5</sup>, quando aconteceram os festejos do centenário da imigração alemã, o monumento não estava concluído, o que ocorreu no ano seguinte, embora sua inauguração tenha ocorrido, ato que constou na programação. Tampouco a praça estava configurada, ela resumia-se a um aterro com um monumento inacabado em seu centro. Conforme se pode identificar, a seguir, na Figura 2.



**Figura 2- Comemoração do Centenário da imigração alemã- 1924**  
**Fonte:** Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) - Iconografia

Apesar disso, o local já se constituía enquanto “lugar de memória”. Conforme Nora (1993, p.21), “[...] são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.”

De 1924 a 1935, a Praça Centenário (Figura 3) foi palco de festejos do “25 de Julho”, celebração esta que também se constitui num lugar de memória, lembrando a chegada dos imigrantes alemães, data que, desde 1924, passou a ser feriado local e, em 1934, passou a ter estatuto de feriado estadual (WEBER, 2004). Era, no espaço da Praça, em torno do monumento, onde ocorria a afirmação da identidade local a partir da identidade étnica alemã. Assim, esses espaços eram investidos de simbolismo.

De 1924 a 1934, várias obras foram realizadas na Praça Centenário, tal como a colocação de cais e aterramento de toda a quadra. Em 1934, a Praça foi reinaugurada com ajardinamento, calçamento e bancos (MOEHLECKE, 1998).



**Figura 3- Praça Centenário - 1934**

**Fonte:** Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) - Iconografia

No contexto do Estado Novo, a identidade local pautada na identidade étnica alemã teve que ser revista, e a cidade e seus espaços, no caso, o monumento e a Praça, tiveram de ser ressignificados. Tanto a fogueira acesa no topo do monumento, assim como os discursos lá proferidos, especialmente nas comemorações do 25 de julho, não aconteciam mais.

## **De Praça Centenário à Praça Tiradentes: A Praça e o monumento no contexto da nacionalização**

Em 1937, foi instituído o Regime autoritário denominado Estado Novo. Ele dura até 1945 e tinha, como um de seus princípios, uma política nacional cuja base estava na ideologia de que o Estado e a nação constituíam uma unidade indissolúvel. Nesse contexto, foram instauradas políticas que visavam, a curto prazo, à homogeneização da identidade nacional. Inicialmente, as escolas foram alvos dessa política, que tinha como objetivo nacionalizar o ensino (KREUTZ, 1991).

Com a saída do Brasil da posição de neutralidade na Segunda Guerra, ao aliar-se aos Estados Unidos, houve uma intensificação na intervenção junto à população, cuja origem se ligava aos países que constituíam o Eixo. Assim, as regiões coloniais do Rio Grande do Sul sofreram intervenção.

No ano de 1942, o rumo dos acontecimentos internacionais torna mais distante a possibilidade de redutos ligados a descendentes de alemães comemorarem o 25 de Julho. Conforme Gertz (1991, p.68), “A repressão [...] se generaliza e brutaliza em 1942 com o afundamento dos navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha.”

Nesse contexto, e especificamente em março de 1942, a Praça Centenário foi o local escolhido para protestar contra o bombardeio feito pela Alemanha ao navio brasileiro denominado Cairú. Esse fato causou repercussão em todo o Estado e especialmente na capital. Em São Leopoldo, as manifestações atingiram o monumento ao colono alemão.

Cabe destacar que o mesmo não foi depredado integralmente. Os alvos foram a figura do colono, arrastada ao rio, e a inscrição em alemão. Foram preservados os bustos do imperador do Brasil e de sua esposa, bem como os bustos do Visconde de São Leopoldo e de João Daniel Hillebrand. Esse último, mesmo sendo imigrante alemão, não foi danificado, possivelmente pelo fato de ter sido identificado em outros momentos da guerra como exemplo de brasilidade<sup>6</sup>.

Na semana que se seguiu ao episódio, foi realizado um comício organizado pelo núcleo local da Liga de Defesa Nacional<sup>7</sup> em repúdio ao afundamento de navios brasileiros.

Atendendo a solicitação da Liga, o comércio e indústria não funcionaram. O encontro foi realizado na Praça João Pessoa, situada no largo do Palácio Municipal. O presidente do núcleo local da Liga, Capitão José Ribamar Miranda reafirmou o papel da instituição e o tom do evento. Assim, comentou sobre a ação de depredação do monumento “[...] sentimento de revolta, que se apodera de todos os bons brasileiros [...]” (A ALMA..., 1942, p.1). No entanto, o pronunciamento continha um misto de entusiasmo, de um lado, com a reação de indignação de cidadãos leopoldenses e, por outro lado, receio de novos atos. Assim, a fala

final de Miranda solicitou que, ao término do comício, as pessoas retornassem às suas casas “[...] para mostrar que não somos bárbaros. Somos um povo civilizado e não cometemos vandalismos[...].” (A ALMA..., 1942, p.1).

Alguns cartazes expostos no comício e, posteriormente, deixados na referida Praça, apresentam dizeres que tematizam a mesma pauta do discurso: “Resguardemos o Brasil dos Traidores que não aceitam a sua nacionalidade.” (A ALMA..., 1942, p.1), “Nós somos civilizados e agiremos como um povo civilizado. Na História há de ficar um exemplo de nossa atitude.” (A ALMA..., 1942, p.1).

O colono representado no monumento expressava a não aceitação da nacionalidade brasileira, e a atitude da depredação era justificada em defesa do Brasil.

Ainda nesse ato, o representante da Liga informou que havia encaminhado uma moção ao prefeito propondo que, no lugar onde existia a estátua do colono, fosse levantada “[...] a figura invulgar e gloriosa do marujo nacional, como homenagem perene e duradoura às vítimas dos bárbaros torpedeamentos [...]” (A ALMA..., 1942, p.1). Foi sugerida uma coleta popular para custear o novo símbolo.

O monumento, antes marco importante, passa a ser considerado “sem expressão”, nas palavras proferidas ao microfone pelo presidente do núcleo local da Liga de Defesa Nacional:

É preciso que saibam eles, que o Brasil o povo não está inerte ou anestesiado pelo vírus do indiferentismo. Aguarda apenas, a palavra de ordem do eminente Chefe da Nação. A população de S. Leopoldo, já iniciou o saneamento de sua cidade. Debaxo da ordem e sem desatinos, fez cair por terra, um monumento sem expressão, que era um ultraje conservarmos, diante dos miseráveis afundamentos de navios brasileiros indefesos aos ataques inomináveis do Eixo. (A ALMA..., 1942, p.1).

A identidade da cidade deveria ser construída na mesma cadência da identidade nacional, de modo que o cenário da Praça Centenário e do monumento também deveria ser reestruturado.

Assim, inicia-se um processo de “enquadramento da memória”. Conforme Pollack (1989, p.9), “Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites [...]. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação.” No caso em questão, a justificativa para o enquadramento da memória se dava pelo fato da necessidade de defender a nação de inimigos do eixo, de honrar os valores nacionais.

De forma mais intensa, a partir de 1942, a memória e a identidade local construída até então deveriam ser revistas. A partir do padrão da nacionalidade, a Praça Centenário, chamada dessa forma em referência ao centenário da imigração alemã, teve sua

denominação alterada para Praça Tiradentes, semanas depois da destruição do monumento, mais precisamente no dia 21 de abril, data que demarca o feriado em homenagem a Tiradentes<sup>8</sup>. Em julho, na edição do jornal *Correio de São Leopoldo*, aparece uma foto da Praça e, abaixo dela, consta a inscrição “PRAÇA TIRADENTES (Ex-Praça Centenário)” (CORREIO, 1942). O prefixo “ex” aparece como um lembrete que alertava para as mudanças. As contingências exigiam uma nova referência ao local.

Tampouco poderiam ocorrer os festejos do 25 de Julho, que tinham a Praça e o monumento como cenário, uma vez que a identidade local não poderia ser mais relacionada à presença dos imigrantes alemães. Com o processo de nacionalização, a comemoração dessa data foi perdendo força, pois passou a ser vista como negação da brasilidade (WEBER, 2004).

Cabe ressaltar que, rapidamente, parte da população que antes enaltecia referenciais identitários ligados aos alemães passou a negá-los, apropriando-se do discurso nacionalista brasileiro. Como frisa Gertz (1991, p.69): “Convém ressaltar que essa repressão não era dirigida exclusivamente por pessoas de nome não-alemão [...]. A delação por alemães e teuto-brasileiros era corriqueira nas regiões coloniais.”

A radicalização da nacionalização e o contexto de guerra criaram um clima proibitivo a manifestações étnicas que remetesse à Alemanha, dado o sentimento de desconfiança quanto à brasilidade que isso poderia gerar. Com a campanha de nacionalização, fica só o espaço para a suspeita, o discurso disciplinador. A positividade do elemento germânico inverte-se, ou se traveste, e a violência é justificada.

As novas construções culturais foram administradas pela municipalidade. O recado estava dado, era preciso celebrar outro passado. O processo de “invenção da memória” consistiu numa apropriação de formas materiais de comemoração nacional, como a construção de novos monumentos na cidade, dedicados a heróis nacionais, a mudança do nome da praça, entre outras medidas.

Pode-se tomar uma constatação de Knauss (1999) quando esse estuda as imagens urbanas do Rio de Janeiro:

Ao longo da história, diferentes grupos sociais, em diferentes circunstâncias, puderam intervir no ambiente urbano mediante a colocação ou atribuição de caráter histórico e artístico a uma peça urbana. Além disso, a partir dessa intervenção, os cidadãos ressignificam os diversos territórios de seu cotidiano e constroem a sua identidade com a cidade (KNAUSS, 1999, p.7).

A Praça Centenário, agora Tiradentes, devia contar com outro tipo de comemoração. É o que atesta o convite direcionado ao prefeito pelo núcleo local da defesa nacional para as



comemorações no dia do marinheiro (13 de dezembro de 1942). Conforme o convite para a solenidade, a mesma contaria com:

[...] uma Missa rezada na Matriz [...] em intenção dos marinheiros nacionais vivos e mortos e de uma homenagem póstuma à memória dos bravos marujos vítimas dos afundamentos dos navios mercantes. Esta homenagem será prestada junto ao monumento da Praça Tiradentes, local designado para ereção do bronze que perpetuará a saudosa lembrança daquelas vítimas do dever. (CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA, 1942).

A Praça deveria contar com um monumento que fizesse lembrar outra memória, diferente daquela simbolizada pelo monumento que lá se encontrava. Cabe ressaltar que essa proposta da edificação de uma estátua em homenagem ao marujo nacional já havia sido referida pelo presidente do núcleo da Liga Nacional em março de 1942, depois da depredação do monumento.

Nesse contexto, não se cogitou a alteração do nome do monumento intitulado de diversas formas desde a sua fundação: Monumento ao Centenário, Monumento ao colono alemão, Monumento do colono alemão e Monumento ao imigrante. Por fim, o anunciado monumento ao marujo não foi realizado.

### **Contexto pós-guerra: polêmicas em torno da restauração do monumento**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, os ressentimentos em face do contexto de nacionalização passam a vir à tona. Nesse sentido, estão as manifestações para que o monumento ao imigrante fosse restaurado. Discussões públicas sobre esse assunto estiveram presentes em discursos na Assembleia Legislativa do Estado, bem como em artigos escritos na imprensa local e regional. A data mais oportuna para lembrar a depredação era na véspera ou na passagem das comemorações da imigração alemã, o 25 de Julho.

Em 1947, na Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, a data foi homenageada. Diante desse espaço de homenagens que a data recebia dos políticos, um articulista de um jornal de Novo Hamburgo, cidade vizinha de São Leopoldo, escreveu:

E lá no fundo do rio dos Sinos jaz o símbolo de uma epopeia, que é o Monumento do Colono Alemão, arrancado de seu pedestal por um grupo de “patriotas” de algibeira, heróis de comícios, que numa patética exaltação, confundiram depredações com patriotismo. Além de estraçalharem o emblema de uma civilização, destruíram um patrimônio municipal, que no fundo pertence à coletividade!

Que relação tinha com a guerra aquele Monumento que recordava apenas o início de uma colonização?

Os tempos correram e findou a guerra. Vieram as eleições. Então começou novamente a catequese. Dirigiram-se a eles humildemente, com bajuladoras palavras de estímulo, pediram na própria língua antes proibida, que lhes dessem o voto, em troca de algumas promessas irrealizáveis!

[...] Já que as mentalidades dominantes, colocaram os povos de origem itálica e teuta, em condições de merecerem novamente considerações elevadas; já que o colono é agora enaltecido até nas tribunas da Assembleia Estadual, é aconselhável aqueles que, na fúria excessiva de seu patriotismo, destruíram o Monumento citado, também agora, na calma pacífica de sua brasilidade, reponha-o novamente em seu verdadeiro lugar! (À PROPÓSITO, 1947, p.1).

Ercílio Rosa expressa sua indignação com as perseguições sofridas pelos imigrantes por ocasião da Guerra, e diante do quadro novo na cena política, aproveita para denunciar os usos do 25 de Julho, Dia do colono, com propósitos eleitorais. Esse fato pode ser entendido num contexto em que a construção de carreiras políticas se deu por meio do voto do “colono” (GERTZ, 1991, p.79). Nesse sentido, refere-se à postura dos políticos no contexto de nacionalização e no cenário atual.

O artigo de Ercílio Rosa indica que, naquele momento do pós-guerra, já se poderia falar sobre a depredação de modo a condenar o ato, pois anteriormente só era possível avaliá-lo como um gesto positivo da população. Rosa parece inaugurar as críticas à depredação em discussões públicas. No entanto, na cidade de São Leopoldo, essas discussões levaram mais tempo até terem espaço. Somente a partir de 1949, quando são reativados os festejos do 25 de Julho, é que o tema do monumento se faz presente com o intuito de criticar a depredação.

Mesmo tendo findada a Guerra e Getúlio Vargas ter caído, somente em 1949, as festividades da data que remetia à imigração alemã – o 25 de Julho –, que tinha como palco a praça e seu monumento, passaram a ser comemoradas. O marco dos 125 anos de imigração alemã possivelmente contribuiu para que os festejos fossem retomados depois de praticamente dez anos sem celebrações públicas.

A administração municipal deu, por um lado, uma coloração fortemente política à festa. Uma comissão acompanhou o prefeito da cidade, Mário Sperb, e seu vice, Othon Blessmamm, à Assembleia Legislativa do Estado, onde ficou definido que um representante de cada partido estaria presente nos festejos de São Leopoldo. Também o governador do Estado, Walter Jobim, foi convidado (WEBER, 2004).

Os eventos em torno do monumento foram o momento alto da festividade, na então Praça Tiradentes. Lá estiveram vários deputados e o governador do Estado. O primeiro a discursar foi o prefeito local, que discorreu sobre o significado da data.

Cabe frisar que o local escolhido para o fechamento dos festejos foi o local de grande simbologia, e o fato de o monumento ainda se encontrar tal como foi deixado em 1942, tornava a solenidade peculiar. Naquele momento, o governador falou sobre a depredação, e asseverou que se empenharia na sua reconstrução (WEBER, 2004).

Para demarcar a data alusiva aos 125 anos da imigração alemã, o departamento Nacional dos Correios e Telégrafos prestou uma homenagem à imigração alemã ao confeccionar, por iniciativa do Deputado Federal Cel. Dr. Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, três carimbos, um deles representando o monumento da imigração alemã em São Leopoldo (PETRY, 1950). Assim, pode-se depreender que o fato do mesmo ser destacado como um dos símbolos dos festejos vai ao encontro dos demais discursos feitos em prol da necessidade da restauração.

Aos poucos, os grupos silenciados pelo processo repressivo vão articulando ações para reavivar a memória suprimida. É assim que se passa a reivindicar, com mais intensidade, a restauração do monumento da Imigração Alemã.

Isso era tema, mesmo antes da retomada dos festejos públicos do 25 de Julho. Em 14 de julho de 1947, na homenagem prestada ao 25 de Julho, um requerimento do Partido Social Democrático reivindicava a restauração do monumento ao executivo (PETRY, 1950).

Gertz (2013) aponta que, apesar de uma verba ter sido aprovada, o processo foi moroso, com discussões sobre a recolocação dos dizeres em alemão no monumento, o que é atribuído pelo autor como marca de um cenário do pós Segunda Guerra, marcado pela persistência do clima de guerra e pela necessidade de manter vigilância. Para Gertz, o próprio processo de restauração do monumento atesta isso: “Esse mesmo episódio [...], dá conta das dificuldades antepostas às tentativas de normalização da inserção da população de origem alemã na sociedade gaúcha, e do resgate de seus símbolos.” (GERTZ, 2013, p.9).

Em 1949, iniciou um debate em torno da forma de realização do restauro, pois houve divergências entre a proposta da municipalidade que propunha a alteração do letreiro com a inscrição em alemão e a defesa de que a restauração fosse integral. Essa proposta foi defendida por uma comissão formada por seis integrantes, três deputados estaduais, dois membros da comunidade leopoldense e um da cidade de Novo Hamburgo. Conforme o memorial datado de 3 de julho de 1949:

[...] quanto à alteração do letreiro, compreendemos a aspiração de evitar cenas como as que levaram à profanação do monumento.  
Entretanto, Sr. Prefeito, nossa opinião a favor da restauração integral parece fundar-se em justas razões, que pedimos licença para expor:  
[...] Como se trata de monumento histórico danificado por agentes irresponsáveis, entendemos que a pura e simples reposição do que foi, é o

único modo plenamente satisfatório. [...] o letreiro antigo, duma concisão e simplicidade verdadeiramente clássicas, nada contém de censurável. À Memória dos antepassados, na língua dos antepassados -eis tudo. [...]. O letreiro antigo, assim, condiz com a realidade histórica [...]. O letreiro antigo nada tem com a nacionalização. Independentemente de todas as evoluções futuras, é um fato indelével, que tal foi a língua dos imigrantes; que no momento da ereção do monumento tal foi a intenção da geração próxima passada; que as mais altas autoridades [...] de então nada acharam que censurar; que nos tempos normais subsequentes ninguém se lembrou de fazer objeção; e que os acontecimentos durante a guerra não podem ser medida para tempos pacífico. (PETRY, 1950, p.52).

Ao passo que as críticas ao ato de 1942 já podiam ser feitas, também a municipalidade já poderia atuar como mediadora na preservação do patrimônio cultural relacionado à imigração alemã. No entanto, essa mediação é pautada pela persistência de elementos do clima de guerra, em que ainda estava presente um sentimento de desconfiança em relação à integração dos descendentes de alemães. Assim, a alteração do letreiro com a escrita em português era justificada pela municipalidade a fim de evitar novos conflitos. Por sua vez, a comissão que solicita a restauração integral do monumento, refere que, em “tempos normais”, não houve restrição ao uso da frase destacada no monumento.

Corforme Seyferth (1999), no contexto do Estado Novo, a substituição linguística atingiu vários setores, dado que “A unidade nacional tornou-se [...] um imperativo de natureza linguística e uma questão de educação – o ‘ensino nacionalizador’ [...] encarregado de exorcizar o fantasma da inassimilação, do segregamento, que purifica a etnia.” (SEYFERTH, 1999, p.218)

A autora frisa, nesse sentido, o papel de peso da nacionalização cultural na política de nacionalização. Pode-se observar a sua força em período posterior.

Nos anos subsequentes, a proximidade do dia 25 de julho reativava a discussão sobre a restauração do monumento. Assim, em 26 de junho de 1950, o deputado estadual, Bruno Born, profere um discurso na Assembleia Legislativa do Estado<sup>9</sup>, da qual se destaca:

[...] Não se diga que a pretendida restauração demanda de elevadas somas, pois o seu custo é baixo e por certo não seria de molde a trazer dificuldades ao erário público.

O que falta, sr. Presidente, é boa vontade. E a falta de compreensão do crime cometido, do acinte dirigido contra uma enorme parcela da nossa população, cujo único desejo é de que a deixem trabalhar sossegadamente. Os reflexos daquele malfadado nacionalismo jacobino e xenofóbico, ainda estão se fazendo sentir.

E é por isso que eu vou encaminhar à Mesa um requerimento, solicitando mais uma vez ao Executivo providências urgentes para que aquela restauração seja feita, não só como um desagravo aos nossos coirmãos de origem teutônica, como para fazer desaparecer a lembrança permanente dum ato profundamente vergonhoso e deprimente para todo homem de bem”. (PETRY, 1950, p.72).

Bruno Born integrava o grupo que enviou o memorando ao prefeito de São Leopoldo solicitando a restauração do monumento. No discurso proferido, sua conclusão é de que o nacionalismo persiste, dado a demora para o restauro de uma obra, que, a seu ver, não era custosa. Born lembrou, ainda, o requerimento que reivindicava a restauração do monumento, enviado em 1947, ao executivo, o que reforçava o seu argumento.

No texto do requerimento, o deputado considera que nada justifica que “[...] o monumento que relembra a data da chegada dos primeiros colonos alemães à terra gaúcha continue destruído e arrasado.” (PETRY, 1950, p.72), e solicita ao governador a imediata restauração.

Conforme Albuquerque Júnior (2009, p.224), o conceito de pronunciamento pode ser entendido como “[...] vir a público para manifestar um descontentamento, uma opinião, uma forma de pensar [...]”. Pode-se entender que, no pronunciamento, o deputado expressa o descontentamento com a situação do monumento e propõe que o mesmo seja restaurado.

Também, em 1950, outro integrante do grupo que havia assinado o memorando enviado ao prefeito de São Leopoldo, Balbuíno Rambo S. J., reiterou na imprensa da capital:

Nossa tarefa hoje não é desenterrar ódios e procurar culpados, mas de RESTAURAR NOSSO MONUMENTO (SIC) [...] Assim, a modificação do nosso monumento seria faltar ao senso histórico, que em toda parte se limita a conservar e restaurar as obras humanas puramente culturais e sem valor utilitário. [...] Assim o simples respeito perante o imigrante exige, que em seu monumento figure um dizer na língua que falou. Será isso incompatível com a liberdade e a grandeza do Brasil! [...] queremos apenas o nosso modesto marco imigratório restaurado tal qual foi, de acordo com os ditames da história, do respeito e da justiça. (NOSSO MONUMENTO..., 1950, p.1).

A forma como o tema se destacou na época bem demonstra que restaurar o monumento implicava avaliar o ocorrido, embora Rambo diga que não. Outro discurso que se fez presente nos debates públicos indicava a restauração do monumento vinculado ao senso de justiça.

Esse também era o tema dos artigos escritos em 1951, de janeiro a junho, por Henrique Continentino Cordova<sup>10</sup>. Tratava-se de uma série de doze artigos defendendo a restauração do monumento, publicados no jornal *Correio de São Leopoldo* e, posteriormente, n’O 5 de Abril<sup>11</sup>.

Esses artigos vieram à luz num contexto em que se passaram mais de cinco anos do final da Segunda Guerra, e o monumento continuava igual. A força dos mesmos também estava no veículo de comunicação que publicou os primeiros, pois o *Correio de São Leopoldo*, ainda no contexto pós-guerra, manteve a postura de suspeita com relação à

brasilidade dos imigrantes alemães e descendentes. Ou seja, o articulista, possivelmente ultrapassou os limites do que poderia ser dito.

Os dois primeiros artigos são denominados “Uma mensagem” e “Palavras que vivem”. Todos os demais trazem como título “Monumento do colono”. Em “Uma mensagem”, o articulista inicia o artigo referindo o que o motivava a escrever sobre o monumento fora o passeio pela cidade de São Leopoldo, refere-se a sentimentos bons com o cenário, “[...] mas [...] está faltando nessa vossa pinturesca praça, a beira do rio plantada, alguma coisa que outrora a enaltecia e dava lhe relevo insigne e contorno atraente de simpatia.” E mais adiante busca entender o ato da depredação: “Quem isso o fez: Vós, eu, em espírito convosco, num alvoroço de corações emocionados por sucessos que afetavam os melindres de nossa pátria[...].” (UMA MENSAGEM..., 1951, p.1).

No conjunto, seus artigos tratam, essencialmente, da reconciliação entre os cidadãos de origem alemã e descendentes e demais cidadãos – uma reconciliação que aconteceria por meio de reconstrução do Monumento.

Enaltecendo a figura do imigrante trabalhador, Cordova questiona a justiça do ato e completa com a ideia de não-distinção: todos os brasileiros seriam irmãos, independente de suas origens. Desse modo, destaca a figura do imigrante como elemento essencial na construção da nação: “[...] nos reconciliemos com eles [...] reconstituindo esse símbolo, que lhes era de tanta afeição [...]”. (UMA MENSAGEM..., 1951, p.1). A ideia de justiça é reiterada e, mais uma vez, a demora no processo de restauro é apontada:

Deverás e tempo e já tardado desta reparação. Reclamamos de justiça determinam desvelos de presteza. Sonegar direitos incontestes qual soe ser esse da restauração deste monumento será procedimento desafeito à razão infringente às normas cívicas que sempre têm paradigmado nossa conduta em todos os lances da vida nacional. (PALAVRAS QUE VIVEM..., 1951, p. 1).

As palavras buscam causar um efeito nos leitores específicos, aos quais o autor dedica os artigos, a maior parte para a população leopoldense:

Prezando tais sentimentos, é ao influxo deles que retornamos à nossa interessante rogativa à gente de boas virtudes da terra leopoldense: A RESTAURAÇÃO DO MONUMENTO DO COLONO! (SIC) Esse querer está em vós, dignos patrícios. A vós cabe a deligência desse cometimento. (MONUMENTO..., 13 abr. 1951, p.1).

As palavras buscam encorajar o leitor para que ele sinta sua responsabilidade na restauração do monumento, e essa intenção seria vista como um gesto de boa virtude.

Dois artigos Cordova endereçou, como carta aberta, a pessoas públicas, um ao prefeito de São Leopoldo e outro ao governador do Estado. Cabe colocar que ambos estavam em início de mandato, de forma que era oportuno demarcar a responsabilidade diante do patrimônio depredado. Assim, o décimo artigo foi endereçado ao governador Ernesto Dorneles, solicitando patrocínio para a restauração do monumento. Esse apoio, conforme Cordova, poderia justificar-se pelo potencial econômico da região, mas havia uma outra razão “mais alta e mais forte”, qual seja, o patriotismo dos alemães que adotaram a pátria. O patriotismo justificaria a restauração, e a ação não seria traição aos princípios do nacionalismo apregoado fortemente outrora.

No décimo segundo artigo, publicado em 15 de junho de 1951, Henrique Cordova informa que a série continuaria com mais uma ou duas cartas, mas que essa publicação não seria necessária, pois, na volta de uma viagem que o levou a ficar sem escrever, ele teve a notícia:

[...] no dia mesmo do nosso retorno a esta capital, tivemos a satisfação de ler no “Diário de Notícias” a declaração do Sr. Prefeito de São Leopoldo de que, desde o dia 7 do mês referido, se encontrava restaurado o Monumento ao Imigrante.

Está restaurada a efígie do colono, no Monumento que lhe foi erguido em São Leopoldo, na praça à beira do rio dos sinos. (MONUMENTO, 1951, p.1).

O articulista foi *in loco* ver o resultado e informou ao seu leitor:

Fomos visitá-la, que era anseio de nosso coração vê-la de novo, talhada em bronze, tal qual se encontra agora para a perenidade de nossa admiração grata e enternecida. [...] Pena foi que lhe suprimissem a legenda que lhe encimava o nicho consoante, pois que, na integridade, como a idealizaram, melhor seria as vozes de nosso jubilo e às festas de nossos corações. Não conhecemos as razões dessa conduta; daí porque nos abstemos de premissas a esse respeito. (MONUMENTO, 1951, p.1).

Assim, a restauração integral, tal como era reivindicada, não foi efetivada, embora a imprensa local e regional considerasse o monumento como restaurado, sem entrar no detalhe da inscrição que não constava. Também o autor da série se retira de cena, mesmo lamentando o fato da inscrição que não foi colocada. Cordova dedicou esse último artigo para Leopoldo Petry e para Bruno Born, integrantes do grupo que reivindicava, junto ao poder público, o restauro integral. Pelo visto, a tão reivindicada harmonia não havia sido atingida.

O clima presente no contexto é demonstrado pela forma como o jornal *A Nação* noticiou que, no dia 24 de junho de 1951, representante de todos os partidos políticos do estado comemoram a restauração do Monumento:

Cercado por bela praça, à beira do rio dos Sinos, o Monumento ao Imigrante, em São Leopoldo, agora restaurado, ficará atestando a compreensão dos poderes públicos em relação ao importante problema da integração de correntes imigratórias em nosso país. (A NAÇÃO..., 1951, p.1.)

A restauração do monumento demonstrava compreensão quanto ao problema da integração dos imigrantes por parte dos poderes públicos. O problema perdurava. A unidade nacional ainda era tema em pauta, e, neste contexto, a restauração integral poderia suscitar a não-assimilação. A força simbólica da língua dos imigrantes ainda estava presente.

Por fim, o monumento foi definitivamente concluído em 1953, então com a inscrição em alemão (Gertz, 2013). Convém ressaltar que não se teve indicativo, nas fontes consultadas, de ter havido alguma subscrição popular para arrecadar fundos para a restauração, aspecto que também reitera a afirmação quanto ao clima não favorável ao culto relacionado ao referencial étnico alemão.

Em 1956, o Monumento ganhou destaque com a instalação de projetores de luz na Praça<sup>12</sup>. Essa ainda tinha como denominação Praça Tiradentes e, só em 1966, passou a se chamar “Praça do Imigrante”<sup>13</sup>. Observa-se que, com relação à denominação da Praça, o processo de reapropriação aos referenciais culturais que remetem à cultura alemã demoraram mais a ocorrer.

Em novembro de 2005, diante da depredação do monumento ao Imigrante, localizado na praça pouco iluminada e usufruída pela população, um museu local iniciou uma campanha a fim de transferir para o seu acervo a estátua do colono alemão, dado que outras efígies que compõem o mesmo já haviam sido alvo de depredação, com o roubo do bronze. Assim, dois anos depois, a estátua foi transferida para o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e na praça, foi colocada uma réplica feita de concreto. Já a estátua de pedra grês, construída nos anos de 1920, ficou como lenda local, pois nunca foi localizada no rio onde foi lançada.

Vale lembrar das reflexões de Meneses, quando aborda a relação entre cultura e valor: “Aquilo, por exemplo, que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem.” (MENESES, 1999, p.93).



## Considerações finais

O “enquadramento da memória” implica um constante processo de disputas, revisões e contradições. Ao longo do tempo, diferentes agentes estiveram nele envolvidos. Esse aspecto torna fundamental a análise de uma história da memória, tal como propõe Nora (1993). Essa perspectiva permite analisar como os registros memoriais são estabelecidos e mantidos, como as mudanças foram justificadas, uma vez que a proposta do monumento e da praça, como concebidas originalmente, estava voltada para os referenciais étnicos relacionados aos imigrantes alemães na história de São Leopoldo e, posteriormente, o referencial nacionalista foi o selecionado. Esse não se desfez ao final da guerra, pois não se trata de registros que surgem ou mudam naturalmente. O monumento do grês, ao bronze, desse ao concreto, a praça, ainda estão passando por um processo de enquadrando da memória.

Pode-se constatar que, no pós Segunda Guerra, persistiu a política nacionalista que reconhecia, na língua vernácula, a unidade nacional, aspecto esse evidenciado pela restauração do monumento. Mas, no conjunto, a praça e o monumento, mesmo no pós-guerra, mantêm resquícios do tempo de guerra, seja pelo monumento que até ser restaurado definitivamente levou oito anos, ou mesmo pela praça que, só em 1966, passou a ter uma denominação relacionada ao simbolismo do período em que foi fundada.

Nessa linha de pensamento, destaca-se o comentário de Gonçalves (2005, p.20), quando aborda a noção de ressonância:

Se por um lado construímos intencionalmente o passado, este, por sua vez, incontrolavelmente se insinua, à nossa inteira revelia, em nossas práticas e representações. Desse modo, o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso.

Assim, viu-se que, para garantir certo “sucesso”, foi preciso a atuação de diversos agentes. Os pronunciamentos em diferentes sessões da Assembleia Legislativa, os diversos articulistas que fizeram uso da palavra para solicitar a intervenção pública, demonstram que o patrimônio cultural deve ser “lido” com base na complexidade que o permeia.

**Recebido em: 29/03/2016**

**Aprovado em: 04/05/2016**

**NOTAS**

<sup>1</sup> O projeto selecionado, de autoria de Walter Drechsler, ficou exposto, a partir de abril, na Casa Foernges, “[...] onde os leopoldenses se agrupavam defronte à vitrina, admirando e comentando a futura obra.” Cf. ROTERMUND, Guilherme. A “Festa do Apito” e a urna feita por índios. *Revista Rua Grande*, São Leopoldo, abr. 1974, p. 35.

<sup>2</sup> Imperador do Brasil no contexto da vinda da chegada dos primeiros imigrantes alemães.

<sup>3</sup> José Feliciano Fernandes Pinheiro, que em 1824 presidia a Província do Rio Grande do Sul e, mais tarde, em 1827, foi intitulado Visconde de São Leopoldo (MOELENCKE, 2011).

<sup>4</sup> Nascido em Hamburgo, em 1800, veio ao Brasil, e, em 1824, se instalou em São Leopoldo, tendo passado cerca de sessenta anos entre os colonos, exercendo a atividade de médico, autoridade policial, comandante de legião, conselheiro e diretor da colônia.

<sup>5</sup> Setembro foi o mês selecionado para as comemorações do Centenário em razão da possibilidade de enchentes no mês de julho.

<sup>6</sup> Em homenagem a ele feita em evento da cidade, no ano de 1941, ele foi lembrado como “brasileiro de coração e de atividade nacionalizadora”. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 2 ago. 1941.

<sup>7</sup> Fundada em 14 de novembro de 1917, esclarece sua função em seu estatuto: “O fim da associação é congregar todos os brasileiros [...], para o alto escopo de defesa da Pátria e reação a quaisquer elementos, estrangeiros ou nacionais, que tendem [...] deprimir a nacionalidade brasileira ou prejudicar seus interesses, no atual conflito que nos foi imposto pela pirataria do Governo Alemão, inimigo da Pátria [...]”. A Liga propunha a propaganda pela nacionalização, a extinção de sociedades de caráter recreativo, esportivo ou religioso que transpareça influência “germangeira”, entre outros. Cf: *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 14 mar. 1942.

<sup>8</sup> Também em 1942 foi construído, em Ouro Preto, um panteão dos inconfidentes mineiros. A imagem de Tiradentes como herói foi construída no início da República, consolidando sua figura como símbolo popular da nacionalidade (CARVALHO, 1998).

<sup>9</sup> Discurso do Deputado Sr. Bruno Born, proferido no dia 26 de junho de 1950, discurso este publicado em livreto

<sup>10</sup> Cordova viveu mais de 20 anos em Erechim, onde exerceu os cargos de Juiz Municipal e Prefeito. Atuou como advogado, o que o levou a um cargo na secretaria geral e consultoria jurídica do Centro das Uniões Coloniais. Assim, pela sua profissão e cargos, ele esteve em contato direto com regiões colonizadas por imigrantes alemães. (São Leopoldo, 24 de março de 1951).

<sup>11</sup> Do total da série de 12 artigos, oito foram publicados no *Jornal Correio de São Leopoldo* e os demais no *Jornal O 5 de abril*, dado que o outro periódico finalizou suas atividades, em 10 de março de 1951.

<sup>12</sup> *Folha de Notícias*, São Leopoldo, 26 out. 1956.

<sup>13</sup> *Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 29 jul. 1966. No discurso que marcou o evento que deu nova denominação à Praça, o orador Ulrich Saenger não fez menção ao nome da praça anteriormente.

**FONTES**

*Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 13 de janeiro de 1951. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

*Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 28 de março de 1942. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

*Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 23 de julho de 1942. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 de março de 1942. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

*Gazeta de Novo Hamburgo* de 30 de julho de 1947. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

---

*Jornal do Dia*, Porto Alegre, 27 de julho de 1950. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

O 5 de abril Novo Hamburgo. 13 de abril 1951. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

O 5 de abril Novo Hamburgo. 15 de junho de 1951. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

O 5 de abril Novo Hamburgo. 13 de abril 1951. Acervo de periódicos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo, RS.

## REFERÊNCIAS

A ALMA brasileira de São Leopoldo vibra num entusiasmo. *Correio de São Leopoldo*. São Leopoldo, 28 mar.1942, n.492.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo. Contexto, 2009.

A DERRUBADA do monumento ao colono alemão. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 mar. 1942. p.5

À PROPÓSITO do dia do colono. ROSA, Ercílio. *Gazeta de Novo Hamburgo* de 30 jul. 1947, p. 1

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

*CORREIO de São Leopoldo*, São Leopoldo, 23 de jul. de 1942, p.1.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA por Theodomiro Porto da Fonseca, 11 dez.1942. MHVSL.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. A guerra que ainda não terminou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo. 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*. UFRGS, Ano 10, n. 22, 2005. Porto Alegre. P.15-36.

KNAUSS, Paulo (Coord.) *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUSC, 1991.

---

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura: contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: obras e iniciativas públicas*. Col. Revivendo o passado, v. 2, São Leopoldo, 1998.

MONUMENTO ao colono. *O 5 de abril*, Novo Hamburgo. 15 jun. de 1951, p. 1.

MONUMENTO ao colono. *O 5 de abril*, Novo Hamburgo. 13 abr. 1951, p.1.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Sociedade Ginástica: cem anos de história*. São Leopoldo, Rotermond, 1986,

\_\_\_\_\_. *Monumentos em São Leopoldo*. São Leopoldo: Rotermond, 1975.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

NOSSO MONUMENTO. RAMBO, Balduino. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 27 jul. 1950, p. 1.

PETRY, Leopoldo. *O 125º aniversário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: coletânea de discursos e comentários*. São Leopoldo: Rotermond, 1950.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. RJ, Ed. FGV, 1999.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

UMA MENSAGEM. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 13 jan. 1951, n. 926, p.1.